

## Um apagão previsível

Jerson Kelman

A imprensa divulgou trechos de uma minuta de relatório do ONS que atribui a pane elétrica no Amapá a múltiplas falhas. Trata-se de situação análoga ao que em geral ocorre na queda de um avião. Uma dessas falhas, embora não a principal, teria sido o insucesso do ONS na tentativa de contato, pela “hot line”, com a equipe da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA. Pode-se especular que a intenção do ONS fosse reduzir a carga. O assunto será esclarecido quando o relatório for concluído. Talvez a CEA não tenha cometido falha alguma. Porém, não ficarei surpreso se tiver.

Quando cheguei à ANEEL, em 2005, a situação da CEA já era totalmente insustentável. Em outubro de 2005, a fiscalização da ANEEL concluiu que “sem uma reformulação administrativa global, com a profissionalização da média e alta gerência, dificilmente a empresa terá meios para se reerguer e atingir seus objetivos como concessionária de serviço público de energia elétrica”.

Um mês depois, a ANEEL deu prazo de 180 dias para que a CEA apresentasse um plano de recuperação. Depois de muitas idas e vindas, nada tendo evoluído positivamente, em junho de 2007 a ANEEL propôs a caducidade da concessão ao Ministério de Minas e Energia (Poder Concedente). Se a proposta tivesse sido aceita, a concessão voltaria ao Governo Federal, que deveria licitá-la novamente.

Eu defendia que o edital de concessão deveria obrigar que o novo concessionário indenizasse a CEA pelo valor dos ativos não amortizados. Mas não deveria cobrir outros passivos relacionados à gestão da Companhia como, por exemplo, dívidas com fornecedores, trabalhistas ou tributárias, que deveriam ficar para o Governo do Estado (dono da CEA) resolver.

Porém, nada disso aconteceu. O artigo de autoria do senador José Sarney, publicado à época (9/07/2007) no jornal O Estado do Amapá, é elucidativo: “O encontro que eu e o governador Waldez tivemos com o Lula já tem efeitos práticos. O presidente garantiu que a CEA não será privatizada. Mandou o ministro das Minas e Energia formar comissão paritária, formada pelos técnicos do ministério e representantes da CEA, para solucionar politicamente o problema da empresa...”

A propósito do caso CEA, Carlos Alberto Sardenberg lembrou – em artigo publicado no Globo em 12 de fevereiro de 2009 - que “toda a vez que ouvir falar de solução política, [o contribuinte] pode sacar a carteira”. E continuou: “...temos um conjunto de estatais a serviço dos políticos — de determinados políticos. Eis por que uma economia estável e equilibrada depende de marcos regulatórios firmes e, em seguida, de agências independentes capazes de implementar as regras...”.

